

O multiculturalismo na agricultura familiar de Terenos, MS¹

Multiculturalism in the of family farm Terenos, MS

Ronaldo São Romão Sanches²
Heitor Romero Marques³

¹ Trabalho produzido como requisito da disciplina Desenvolvimento local: a dimensão humana e a solidariedade ativa no território, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

² Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); MBA em Planejamento e Gestão Estratégica pela Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER); Mestrando do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: ronaldosrs@hotmail.com

³ Orientador. Licenciado em Ciências e Pedagogia (FUCMT); Especialista em Filosofia e História da Educação; Mestre em Educação: Formação de Professores (UCDB) e Doutor em Desarrollo Local y Planteamiento Territorial pela Universidad Complutense de Madri. Professor do quadro permanente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Local, de cursos de pós-graduação *lato senso* e das licenciaturas e bacharelados da UCDB. E-mail: heiroma@ucdb.br; heiroma@ig.com.br

RESUMO *ABSTRACT*

O objetivo da pesquisa foi estudar a existência de diversidade cultural na agricultura familiar do município de Terenos, MS. Consta do artigo a análise do Censo Agropecuário de 2006, indicando os percentuais de cada tipo de propriedade. Avaliou-se a importância do segmento para a economia nacional, bem como o potencial de geração de riqueza de expressiva parcela da população rural brasileira antes renegada a altos índices de exclusão social e sem esperança de futuro digno. Demonstrar que diferentes origens dos assentados e o multiculturalismo pode implicar o sucesso ou fracasso do projeto e a consolidação de novas oportunidades para que os assentados possam superar a exclusão socioeconômica em que viveram até o momento são objetivos do trabalho. O entendimento sobre a importância do associativismo e da solidariedade são fatores decisivos que possibilitam a comunidade superar as adversidades e prosperar são hipóteses a serem consideradas.

The aim of the research was to study cultural diversity in family farms in the municipality of Terenos, MS. The article includes the Census of 2006 for Agriculture and Cattle Raising which indicates the percentages for each type of property. The importance of the segment for the national economy was evaluated, as well as the potential for the generation of wealth for a substantial part of the Brazilian rural population previously included in the high indices of social exclusion, and without hope of a dignified future. Other aims of the study are: to show that the different origins of the settlers and multicultural representation have implications in the success or failure of the project and in the consolidation of new opportunities for the settlers so that they can overcome the social exclusion in which they have been living up to the present moment. Hypotheses to be considered are: an understanding of the importance of working together and solidarity as decisive factors in making it possible for the community to overcome adversities and so prosper.

PALAVRAS-CHAVE *KEY WORDS*

agricultura familiar
Terenos
assentamentos

*family farming
Terenos
settlements*

INTRODUÇÃO

A proposta da pesquisa foi motivada pelo interesse em analisar as potencialidades e perspectivas da agricultura familiar, frente a um modelo de produção no campo, surgido na década de 1970, bem como a urbanização acelerada da população brasileira. Para tanto, buscou-se tomar como parâmetro a significativa alteração no quadro fundiário de Terenos, um típico município de economia predominantemente agropecuária, do estado de Mato Grosso do Sul.

A investigação sobre as diferentes origens dos assentados e possibilidade de o multiculturalismo implicar sucesso ou fracasso a projetos de assentamentos fundiários como também consolidar novas oportunidades a essas pessoas para que possam superar a exclusão socioeconômica em que viveram até o momento são os objetivos do trabalho.

Terenos foi elevado a distrito pela Lei n. 1.021, de 21/09/1929 e, desmembrado de Campo Grande, tornou-se município criado pela Lei n. 674, de 11/12/1953. Localizado na microrregião de Campo Grande, o município faz parte da mesorregião Centro Norte de Mato Grosso do Sul. A altitude média da sede do município é de 437 m e fica a 22,2 km de distância de Campo Grande, capital do Estado. De acordo com a Contagem Populacional de 2007, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a população total do município era de 17.146 habitantes e sua área é de 2.841,24 km², representando 0.7956% do Estado.

Em várias regiões do país além do Centro-Oeste, foram executados em diferentes épocas, programas de colonização, que, além da preocupação em suprir a demanda brasileira por alimentos, tinham como objetivo ocupar estrategicamente os “vazios” das grandes áreas desocupadas.

Pressionado por movimentos populares de luta pela reforma agrária, a execução, em épocas mais recentes, em diversos municípios brasileiros, de projetos de assentamentos de famílias realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) busca promover o desenvolvimento sustentável de atividades econômicas com a finalidade de produzir alimentos, bem como promover justiça social para uma parcela significativa da população com baixa renda, que ainda vive no campo ou nas periferias das cidades, mas que tem alguma tradição agrícola.

Também foram realizados assentamentos oriundos de mecanismos de crédito fundiário, como o extinto programa denominado Banco da Terra, hoje Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

1 O MULTICULTURALISMO EM ASSENTAMENTOS RURAIS

O sentimento de pertença favorece a construção da identidade e tem tudo a ver com o território em que se vive e, ao mudar para algo novo, carrega-se, além da esperança de prosperar, a necessidade de construir uma nova identidade. Construir essa nova identidade ao se instalar num local desconhecido e com tantas possibilidades, com novas relações sendo estabelecidas, muitas vezes tendo como vizinhos pessoas com diferentes modos de pensar e de viver, passa a ser um grande desafio.

A realidade dos assentamentos rurais em termos de comunitarização e sentimento de pertença se assemelha aos chamados conjuntos habitacionais construídos nas regiões urbanas ou periurbanas, em que as pessoas, via de regra, quase nada têm em comum, a não ser o nívelamento socioeconômico. Em outros termos, parcelamentos, assentamentos rurais e conjuntos habitacionais se assemelham pela ausência de identidade comunitária, o que será muito lentamente formado à medida que se dá a construção do território pela força das ações que emergem dos grupos humanos ali imbricados.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E ASSENTAMENTOS EM TERENOS

No Censo Agropecuário de 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, representando 84,4% do total de estabelecimentos, sendo que ocupavam 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Da área ocupada pela agricultura familiar, 45% eram destinados a pastagens, 28% a florestas e 22% a lavouras. Mesmo assim, a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos (IBGE, 2009). Dessa forma, pode-se avaliar a importância do segmento para a economia nacional, bem como o potencial de geração de riqueza de expressiva parcela da população

rural brasileira, antes renegada a altos índices de exclusão social e sem esperança de futuro digno.

Segundo Hackbart (2009), existem no Brasil mais de sete mil assentamentos e cerca de um milhão de famílias assentadas. O índice de abandono de lotes, em torno de 10%, revela que a reforma agrária tem um apelo social inegável devido ao seu caráter inclusivo, de retorno para milhares de trabalhadores rurais que foram expulsos pela mecanização da agricultura e pela pobreza rural.

No início do século XX, menos de 5% (cinco por cento) das pessoas moravam e trabalhavam em uma cidade. Ao final da Segunda Guerra Mundial, portanto há cerca de 60 anos, 75% (setenta e cinco por cento) da população norte-americana já estava nas cidades, e no Japão, os que estavam nas cidades já somavam 40% (quarenta por cento). Hoje a população rural nos países desenvolvidos limita-se a uma média de 5% do total dos habitantes. Esse verdadeiro êxodo ocorreu num período de cerca de cem anos apenas. Mesmo nos países mais pobres, as cidades estão crescendo em um ritmo acelerado. As pessoas querem ir do campo para a cidade, mesmo sem saber se vão encontrar emprego ou moradia. O único precedente para essa transformação demográfica é o que aconteceu há dez mil anos, quando as pessoas de então se assentaram na terra e se tornaram agricultores e pastores (DRUCKER, 1998).

Considerando essa transformação, com o êxodo do rural, particularmente para as grandes cidades, paralelamente ao caos urbano proporcionado com o inchaço das metrópoles e com a produção de alimentos cada vez mais voltada a *commodities* destinadas a exportação, percebe-se que é estratégica a discussão de um novo modelo para o campo. A partir dessa constatação, a agricultura familiar passa a ser vista com um novo olhar, necessitando-se consolidá-la por meio de políticas para a reforma agrária, de financiamentos de custeio e investimento, além de assistência técnica e extensão rural.

Segundo Monteiro e Júlio (2001), deve-se considerar que o uso da desapropriação tem sido fonte de conflitos e de debates, relativamente sobre aspectos administrativos, jurídicos e políticos e não raras vezes com recorte estritamente ideológico, assim como sobre insuficiências técnicas nos laudos de vistoria dos imóveis; morosidade nos trâmites administrativos e jurídicos; falta de estrutura da administração pública para levar a cabo as ações previstas em lei; e os altos valores das

indenizações, sendo que a busca de alternativas por parte dos agentes governamentais levou à implantação do Banco da Terra, deslocando a intervenção pública direta sobre a estrutura fundiária (desapropriação) para uma função indireta (fornecimento de crédito), de forma que o mercado passe a ser também um local privilegiado de solução dos conflitos fundiários.

O Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, foi criado pela Lei Complementar n. 93, de 4 de fevereiro de 1998, com a finalidade de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, beneficiando trabalhadores rurais não proprietários, preferencialmente os assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, com comprovada experiência na atividade agropecuária. Também são beneficiários os agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar, definida no inciso II do Art. 4º da Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, e comprovadamente, insuficiente para gerar renda capaz de lhe propiciar o próprio sustento e o de sua família.

O Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra – tinha por objeto financiar a compra de imóveis rurais com o prazo de amortização de até vinte anos, incluída a carência de até trinta e seis meses. As entidades representativas dos produtores e dos trabalhadores rurais, sob a forma de associações ou cooperativas, com personalidade jurídica, podiam pleitear financiamento do Fundo – Banco da Terra – para implantar projetos destinados aos beneficiários previstos na Lei, sendo que a cooperativa ou associação de produtores rurais podia adquirir a totalidade do imóvel rural para posterior repasse das cotas-partes da propriedade da terra nua, bem como dos custos da terra e dos investimentos em infraestrutura aos seus cooperados ou associados beneficiários desse Fundo.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário, desenvolveu o PNCF, que oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. O recurso ainda é usado na estruturação da infraestrutura necessária para a produção e assistência técnica e extensão rural. Além da terra, o agricultor pode construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de

forma independente e autônoma. O financiamento pode tanto ser individual quanto coletivo. São parceiros do PNCF, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FETRAF-SUL), o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e a Caixa Econômica Federal (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, s/d).

É preciso citar mecanismos de crédito como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que se destina ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, entendendo-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com o turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar (BANCO CENTRAL DO BRASIL, s/d).

Ao se analisar os dados referentes ao município de Terenos, MS, nos dois últimos Censos Agropecuários realizados pelo IBGE (Tabelas 1 e 2), nos anos 1995/96 e 2006, pode-se notar que houve uma grande mudança no que concerne ao número de estabelecimentos, isso em decorrência da implantação dos projetos de assentamento realizados pelo INCRA no município, bem como dos assentamentos implantados por intermédio do extinto Banco da Terra e posteriormente pelo PNCF, sendo todos estabelecimentos configurados dentro dos parâmetros da agricultura familiar.

Tabela 1 - Censo Agropecuário de 1995/1996

Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha), em 31.12.1995							
Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração	Total de estabelecimentos
58	364	77	138	102	26	-	765

Fonte: IBGE (2009).

Tabela 2 - Censo Agropecuário de 2006

Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha), 2006							
Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2500	2500 e mais	Sem declaração	Total de estabelecimentos
1092	827	95	126	112	13	1	2266

Fonte: IBGE (2009).

A análise das tabelas acima permite ver que o maior salto foi nas áreas com menos de 10 ha (hectares) e nos estabelecimentos que estão na faixa de 10 a menos de 100 ha. Vale a pena destacar que essa segunda faixa tem uma amplitude grande e que, na prática, esse aumento se dá na faixa de 10 a menos de 30 ha. Deve-se considerar que, quanto menor é a área do estabelecimento, maior será a exigência no uso de tecnologias apropriadas, de maiores investimentos por unidade de área e no emprego de mão de obra mais qualificada e capacitada por parte do agricultor e seus familiares, visando obter geração de renda que propicie qualidade de vida em padrões aceitáveis e que possibilite a permanência do homem no campo.

Segundo o INCRA, nos últimos anos foram implantados no município de Terenos, MS, os seguintes assentamentos:

1. Assentamento Campo Verde: foi criado pela Portaria 574, em 13/07/1987, ocupa uma área total de 1.918,5 hectares, conta com 61 famílias e fica localizado a 34 km da sede municipal.

2. Assentamento Patagônia: tem uma área de 3.502,8 ha e fica localizado a 28 km da sede municipal, foi criado pela Portaria 16, de 13/03/1997, 128 famílias.

3. Assentamento Nova Querência: com 157 famílias foi criado pela Portaria 57, de 26/11/1997, tem uma área de 3.864,6 ha e fica localizado a 34 km da sede municipal.

4. Assentamento Paraíso: com 98 famílias, criado pela Portaria n. 72, de 29/12/1997, possui uma área de 3.308,4 hectares.

5. Assentamento Santa Mônica: foi criado pela Portaria n. 37, de 07/12/2005. Possui uma área de 7.960,2 hectares, com 715 famílias, tendo cada lote uma área em torno de 6 a 7 hectares.

6. Assentamento Sete de Setembro: foi criado pela Portaria n. 74 de 04/12/2009, conta com 159 famílias. O sorteio dos agricultores para

ocupação dos lotes desmembrados da antiga Fazenda Fujita foi realizado em julho de 2010. Cada família assentada recebeu um crédito de apoio inicial no valor de R\$ 3,2 mil, destinados à aquisição de insumos para a produção agrícola e implantação do sistema de abastecimento de água. Receberam ainda uma verba de mais R\$ 15 mil por família, para construção de moradia e um crédito de fomento, composto de duas parcelas de R\$ 3,2 mil.

7. Assentamento Ouro Branco: foi criado em 18/06/2010 e conta com 86 famílias.

8. Associação dos Descendentes de Tertoliano e Canuta (ARQTERC): remanescente de quilombo, com 23 famílias.

A Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul, e a Prefeitura Municipal de Terenos informaram que, por meio do Programa Banco da Terra, posteriormente PNCF, foram instalados os seguintes assentamentos no município:

1. Assentamento Guariroba, com 30 famílias.

2. Assentamento Assafur, com 30 famílias.

3. Assentamento Nova Canaã, com 30 famílias.

4. Assentamento Guaicurus, com 30 famílias.

5. Assentamento Sertaneja, com 30 famílias.

6. Assentamento Contato, com 19 famílias.

7. Assentamento Pontalzinho com 10 famílias.

8. Assentamento Cerro Porã, com duas associações, Nova Era e Terra Boa, com 30 famílias.

9. Assentamento Nova Aliança, com 110 famílias.

10. Assentamento Gonçalves Rolin, que é um loteamento da Fazenda São Pedro do Sul, com 104 famílias. Esse assentamento está em fase de implantação da sua infraestrutura básica, e sendo projetada uma segunda fase com o assentamento de um número maior de famílias.

Nessa listagem, estão relacionados oito assentamentos planejados pelo INCRA que totalizam 1.422 famílias assentadas. Os assentamentos realizados a partir do Crédito Fundiário são dez, totalizando 473 famílias assentadas. Se considerarmos o número médio de moradores por domicílio em zonas rurais do Centro-Oeste brasileiro de 3,1 pessoas, dados conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do

IBGE, com informações tabuladas em 2009, são 4.408 pessoas oriundas de várias regiões brasileiras, construindo um novo território, cheios de esperança por dias melhores.

3 DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA

Com o fracasso da política neoliberal, impôs-se uma revisão da teoria e da prática do desenvolvimento econômico, pois não é o maior crescimento econômico, mas a qualidade deste, que determina a medida do aumento do bem-estar. Não basta financiar e apoiar projetos de desenvolvimento social via busca cega de mais produtividade e lucros, pois dessa forma a tendência é a destruição do tecido das relações sociais. A exploração e alienação no trabalho pela divisão e subdivisão das tarefas; o desemprego tecnológico e estrutural; as migrações e o consequente desarraigamento de trabalhadores rurais e urbanos propagam os sintomas de anomia social – agressões, violência e criminalidade que afetam indiscriminadamente a todas as camadas da população. O ritmo e a intensidade com que progride a concentração de capital em consequência da corrida pela produtividade e eficiência, sem considerar os efeitos sociais negativos, não podem ser compensados por projetos paternalistas e de caridade (RATTNER, 2003).

A proposta alternativa parte de uma visão sistêmica, contemplando a multiplicidade de fatores intervenientes e suas relações recíprocas, recusando a visão mecânica simplista e postulando que “o todo é diferente da soma das partes”. Uma nova política social, em vez de procurar remediar os efeitos destrutivos da lógica da acumulação, é concebida como condição indispensável ao desenvolvimento sustentável. Em todos os debates travados nos últimos anos, o conceito de Capital Social tem ocupado espaço crescente, devido à percepção de seus impactos na reformulação das práticas de desenvolvimento. No clima geral de incerteza e insegurança quanto ao futuro e tendo em vista o baixo poder explicativo da epistemologia convencional, torna-se imprescindível a integração de novos conceitos e análises nos debates sobre desenvolvimento. Entre estes, ocupam lugares cada vez mais proeminentes o capital social e o papel da cultura. Hoje se privilegia a contribuição do capital social e humano para o desenvolvimento

tecnológico, o aumento da produtividade e o próprio crescimento da economia (RATTNER, 2003).

Desde o século XIX, vários autores ressaltavam a relevância do papel da sociedade para o desenvolvimento econômico. De Karl Marx, frisando que as relações inter-humanas são um dos elementos necessários para o fortalecimento da sociedade, por meio do cooperativismo (relação de produção coletiva), a Alexis de Tocqueville, que analisou a sociedade americana e concluiu que um dos fatores para o seu desenvolvimento foi que a sociedade era habituada a se reunir em associações para fins civis e políticos, no entanto, ambos nunca usaram a expressão capital social. O capital social foi utilizado primeiramente na sociologia, em trabalhos produzidos por Pierre Bourdieu e James Coleman na década de 1980, e posteriormente na Ciência Econômica, principalmente pelo trabalho realizado por Robert Putnam, que o conceituou como fator determinante para o desenvolvimento econômico, salientando que características de organização social, como confiança, normas e sistemas contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas (TABOSA, s/d).

O entendimento sobre a importância do associativismo e da solidariedade são fatores decisivos que possibilitam a comunidade superar as adversidades para prosperar, e são hipóteses a serem consideradas.

4 MULTICULTURALISMO E O TERRITÓRIO

Um dos pontos-chave do multiculturalismo é a questão das diferenças, que não é simplesmente um conceito filosófico, mas uma realidade concreta, um processo social, que os homens empregam em suas práticas cotidianas, com forte inserção histórica. As diferenças enquanto característica do multiculturalismo estão carregadas de dinamismo, sendo ao mesmo tempo resultado e condição transitória do próprio processo cultural. Caso se considere o passado, privilegia-se o processo que resulta na construção social da diferença. Condição transitória caso se privilegie a continuidade da dinâmica, que vai necessariamente alterar esse estado de coisa no sentido de uma configuração posterior. Como realidade concreta, é significativo investigar como se pode tratar essas diferenças, qual seja, se como fator de enriquecimento ou, ao contrário, de empobrecimento, se um trunfo ou uma ameaça (SEMPRINI, 1999).

Semprini (1999), focando em suas pesquisas os Estados Unidos da América, frisa a importância de se iniciar a discussão do multiculturalismo pela apresentação das raízes históricas próprias, pelos aspectos principais que formaram o coquetel de colonização do país, com suas especificidades, e que ainda hoje caracterizam em grande parte a sociedade americana. O mesmo se pode aplicar em relação à sociedade brasileira. Como aspectos principais, podem ser citados: a presença de populações autóctones, o intenso tráfico de escravos oriundos da África e o papel da imigração no povoamento do país.

O associativismo civil na sociedade contemporânea, globalizada, remete para a problemática das interações interculturais. Esse contexto histórico exige que se construam referenciais analíticos adequados para se pensar os processos de transformação. Frente a esse quadro de complexidade dos movimentos sociais contemporâneos, pode-se perguntar sobre as necessidades de reorientações teórico-práticas. O debate entre uma epistemologia mono-culturalista e uma multiculturalista traz elementos para se pensar os encontros e os desencontros nas relações interculturais nos movimentos sociais (SCHERER-WARREN, s/d).

A questão do multiculturalismo emerge de forma significativa quando a vivência se intensifica em torno, por exemplo, de um projeto de assentamento, com pessoas oriundas de diversas regiões, cujas culturas se manifestam em suas especificidades, na perspectiva de construção de uma nova vida, num território novo e comum.

Nesse sentido, o território torna-se o lugar em que desembocam todas as ações, paixões, poderes, forças e fraquezas, ou seja, onde a história de cada ser humano se realiza de modo pleno, a partir das manifestações da própria existência. Em vista disso, há uma nova geografia capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 1999, p. 7).

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território deve ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão com a agregação da identidade. A identidade é o sentimento de pertencer a algo. Decorre desse conceito identitário a ideia de que o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria ideia de nação

e, depois, a ideia de Estado Nacional decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira da célebre frase de Winston Churchill: “[...] primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem”. Assim é o território que ajuda a construir a nação, para que a nação depois o afeiçoe (SANTOS, 1999, p.8).

Acerca do território e do espaço, Raffestin (1993, p. 143) afirma que:

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações.

Para se avançar na compreensão do multiculturalismo presente na região de Terenos, as respostas foram buscadas na história local. Quanto à região sul do então estado de Mato Grosso, no século XVII, Corrêa (1999, p. 11) relata que “salvo raras povoações e fortificações, na prática, esta vasta extensão de terra caracterizou-se pelo colonialismo português como uma área de apresamento indígena e de passagem para outras regiões”.

Segundo Campestrini e Guimarães (2002), no final do século XVI, o território hoje sul-mato-grossense era conhecido principalmente pelos espanhóis; e, no século seguinte, foi percorrido por numerosas bandeiras, em direção ao norte, ao Paraguai e ao Peru. Esses autores citam que, em 1718, o sertanista Antonio Pires de Campos desceu o rio Tietê (na época, Anhembí) até o Rio Grande (atual Paraná); chegando ao rio Pardo, e por ele e seu afluente Anhanduí, alcançou os altos da serra de Maracaju, próximo ao que é hoje Campo Grande. Na sequência, atravessou essa região até encontrar o córrego que posteriormente ficou

conhecido como Varadouro (Terenos), por onde atingiu o Cachoeirão e o Aquidauana, que serviram de meio para que chegasse ao rio Miranda e deste ao rio Paraguai, que o levou ao rio Cuiabá, último trecho até as terras dos Coxiponés, região da atual capital mato-grossense, de onde, depois de encher os canoões com índios aprisionados, retornou a São Paulo.

O povoamento dessas regiões distantes da Colônia foi sendo efetivado por fluxos migratórios. O sul do então estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, era constituído por áreas vazias, que, segundo os historiadores, serviam de fluxos em direção à fronteira meridional e às minas cuiabanas ao norte. Assentamentos e povoados iam surgindo numa ação transformadora sobre o meio natural e original da região, com a utilização de métodos primitivos de uso do solo e de exploração extensiva e predatória (CORRÊA *apud* MIRANDA, 2005).

Com a entrada do homem branco, os indígenas foram sendo “empurrados” para outros territórios e seu *habitat* natural foi se transformando em terras devolutas. Nesse processo de integração ao sistema capitalista, a terra, sagrada e gratuita para o indígena, tornou-se mercadoria e alvo da ambição do homem branco invasor. O estabelecimento de fazendeiros próximos às terras indígenas fez com que eles fossem recuando, passando a viver praticamente confinados em espaços limitados para a manutenção de seu *modus vivendi* (LÉVI-STRAUSS *apud* MIRANDA, 2005).

As terras do então Mato Grosso eram dominadas por uma população indígena significativa. Em 1862, o “Relatório de Transmissão” do Vice Presidente da Província, Sr. Leverger, indicava a divisão da população: “Civilizada livre = 35.000; Escravos = 6.000; Indígenas = 24.000, perfazendo um total de 65.000 habitantes”. Essa população indígena considerável, só decresceu ao longo dos tempos. Existem muitos registros que evidenciam a importância do índio, inclusive da etnia Terena, no interesse do homem branco. Na Guerra do Paraguai, os indígenas atuaram ao lado do exército brasileiro. Militares, viajantes e comerciantes tinham o hábito de requisitar das autoridades braços indígenas para a condução de embarcações (VASCONCELOS *apud* MIRANDA, 2005).

No caso específico dos Terena, os estudiosos acreditam que eles não foram totalmente dizimados na Guerra do Paraguai, por terem sido um dos últimos povos indígenas a fazer parte do combate. Até hoje, nas

datas festivas, com a dança do “bate pau” lembram dos combates, tendo esse nome, pois eram munidos apenas de “varas e paus” contra as armas de fogo. Os Terena atuaram como trabalhadores na construção de linhas telegráficas do extremo oeste do Brasil, assim como na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a partir de 1905. Por volta de 1920, registros indicam que eram exímios cultivadores, sobretudo de arroz, feijão, mandioca e milho, além de dominarem o artesanato de penas e de prata e que a olaria também fazia parte da rotina deles, principalmente na produção de utensílios de uso doméstico, como vasos e pratos além de tijolos e telhas (LINHARES *apud* MIRANDA, 2005).

No início do século XX, índios Terena habitavam grande parte da região atravessada pelas linhas da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil ao longo da região sul do então Estado de Mato Grosso. A estação de Terenos foi inaugurada em 6 de setembro de 1914. Interessa compreender a visão de políticos e cientistas brasileiros que, no final do século XVIII, tinham o sonho de transformar a população brasileira, na busca da unidade nacional, a uma aparência mais europeia (MIRANDA, 2005).

A expansão ferroviária, além de garantir a estabilidade do regime vigente no país e preservar a integridade do território brasileiro, fazia parte de um processo histórico de avanço do capitalismo para o oeste. Assim, a construção da ferrovia aparece associada à abertura de novos núcleos coloniais e à chegada de novos contingentes migratórios interferindo na exploração e comercialização da terra (QUEIROZ *apud* MARIN; VASCONCELOS, 2003).

Frente a experiências vividas no sul do país, havia, no início do século XX, interesse por parte das autoridades do estado em criar colônias agrícolas compostas por imigrantes, em terras devolutas. A primeira tentativa ocorreu com a concessão, por meio do Decreto n. 532, de 28 de outubro de 1920, à Sociedade Sul-Brasileira H. Hacker & Cia, empresa de origem alemã, de uma área, ao norte da faixa marginal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a partir do km 918. O ato reportado deu início à primeira colônia, conhecida posteriormente como Colônia Velha, sendo que anos depois, por volta de 1928, o governo estadual, entusiasmado com o êxito da primeira, iniciou a demarcação de outra área, a Colônia Nova, que não obteve o mesmo sucesso da anterior, criticada por ter terra ruim, pedregosa, topografia acidentada, falta d’água e por ser distante da escola e do núcleo administrativo (MIRANDA, 2005).

Devido à qualidade das terras e ao interesse real dos colonos, a Colônia Agrícola de Terenos progrediu muito. Em 1926, apresentava uma população de 454 pessoas, sendo 97 famílias e 17 agregados. A maioria das famílias dos colonos era de origem europeia, assim distribuídas: “44 famílias alemãs, 21 brasileiras, 7 búlgaras, 5 polonesas, 5 húngaras, 3 espanholas, 3 portuguesas, 2 austríacas, 2 russas, 2 paraguaias, 1 síria, 1 lituana e 1 japonesa”, constituindo um legítimo núcleo multicultural” (MIRANDA, 2005).

A partir de 1959, uma nova cultura começou a ser efetivada em Terenos, com a aquisição e colonização de uma área pela JAMIC Imigração e Colonização Ltda, com o objetivo de assentar colonos japoneses na região.

O processo de emigração japonesa para o Brasil, nas décadas de 1950 e 60, estava a cargo da *Japan International Cooperation Agency (JAICA)*, com sede em Tóquio. No Brasil, duas empresas estavam ligadas ao serviço de emigração do Japão, a JAMIC Imigração e Colonização Ltda (*Japan Managemant Immigration Company*) e a JEMIS Assistência Financeira S. A. (*Japan Emigration Service*), empresas juridicamente brasileiras, mas dirigidas por japoneses e com o apoio financeiro do governo japonês. A característica fundamental da Jamic era a sua função social, promovendo a emigração e introduzindo em outros países parte dessa população *sem atividade* no Japão, encarregando-se também de seu assentamento com segurança. A empresa adquiria, em determinado país, uma área de terra, ou diversas áreas, fazia a divisão em lotes, conforme as leis locais, e depois os vendia aos imigrantes (MARIN; VASCONCELOS, 2003).

A área onde hoje está localizada a Colônia Várzea Alegre pertenceu ao governo do Estado de Mato Grosso até 1907, e estava inserida numa política de colonização desenvolvida pelo governo do Estado. Com essa política, foram colocadas à venda, à concessão gratuita e ao arrendamento todas as terras públicas devolutas, excluídas áreas de interesse dos governos para a defesa das fronteiras, construções militares, estrada de ferro, povoações, fundações de colônias oficiais e aldeamentos de índios. As terras da fazenda Várzea Alegre estavam incluídas nas áreas reservadas para o estabelecimento de colônias (MARIN; VASCONCELOS, 2003).

A JAMIC Colonização e Imigração Ltda desenvolveu em território brasileiro, diversos projetos de colonização, dentre os quais o de Várzea

Alegre no município de Terenos, ao adquirir, por compra a Severino Pereira da Silva, a Fazenda Várzea Alegre, com 38.472 ha, numa época que havia uma conjuntura favorável, pois havia convergência de interesses mútuos tanto para o Estado japonês como para o brasileiro (MARIN; VASCONCELOS, 2003).

As razões que justificaram o interesse da JAMIC pela área foi, em primeiro lugar, sua localização, próxima a um centro urbano em pleno desenvolvimento (Campo Grande), que já passava a ser o centro das decisões na região Sul de Mato Grosso, em segundo, o preço pago pela área, que foi irrisório tendo-se em vista o que a empresa arrecadou com a venda após o loteamento; considerou-se também o fato de tratar-se de uma aquisição feita de particulares, com o procedimento burocrático menos complexo e, por último, a circunstância da estrada de ferro passar dentro dos limites da fazenda (MARIN; VASCONCELOS, 2003).

Durante todo o período que vai de 1907, quando a área de terras devolutas foi vendida pelo Governo do Estado a particulares, até 1958, ao ser adquirida pela JAMIC, não houve nenhuma atividade produtiva, mesmo no tempo em que essa área ficou sob o domínio da empresa alemã, Herm Stoltz & Cia, cujo objetivo era estabelecer núcleos coloniais para absorver imigrantes alemães, lembrando que essa empresa foi obrigada a vender suas terras durante a segunda guerra mundial por decreto federal, em virtude da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (MARIN; VASCONCELOS, 2003).

Em 1959, dos 38.472 ha adquiridos pela empresa, apenas 6.688 ha foram loteados e postos à venda, com áreas de aproximadamente 10 alqueires paulistas (25 ha), ficando reservados 948 ha para a futura vila de Pedro Celestino, com projeto de urbanização, prevendo-se a construção do escritório para a empresa, de um alojamento para colonos, um prédio para funcionamento de escola e ambulatório e um prédio para um centro social o restante dividido em pequenas chácaras (MARIN; VASCONCELOS, 2003).

No ano de 1962, com as dificuldades encontradas pelos colonos, que não conseguiam resultados satisfatórios, muitos dos quais retornaram ao Japão, resolveram unir-se e alimentados pela ideia de que juntos se pode muito mais, foi criada a Cooperativa Agrícola Mista de Várzea Alegre (CAMVA).

Hoje o local da antiga sede da Colônia Jamic, onde foi implantada há cerca de cinquenta anos a primeira cooperativa do município de Terenos, é servido de acesso asfaltado. No local (Comunidade Jamic), está instalada a Associação Esportiva e Cultural Nipo Brasileira de Várzea Alegre e a Camva, que reúne hoje cerca de 25 famílias atuantes na produção de ovos e também na fruticultura. Das instalações industriais da cooperativa, considerada a maior produtora de ovos do estado, saem 1,5 mil caixas de ovos produzidos diariamente, que abastecem o mercado sul-matogrossense, e também Cuiabá e Rondonópolis.

Na Comunidade Jamic, está localizada a primeira escola em tempo integral do Estado, e que se tornou referência em educação, possuindo cerca de 600 alunos da educação infantil ao ensino médio, os quais participam de projeto que visa promover a inclusão digital da comunidade. A comunidade conta também com um campo de futebol dotado de iluminação e vestiário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, pouco mais de 84% da população brasileira vive na cidade, e os 30 milhões de brasileiros que vivem no campo têm uma importância fundamental para a garantia do bem-estar e acesso a alimentos de qualidade e com preços acessíveis a todas as parcelas da população. É inegável que o bem-estar e qualidade de vida também devem estar presentes no campo.

A agricultura familiar consolidada é a grande possibilidade para que se concretize desenvolvimento econômico priorizando justiça social e meio ambiente.

O multiculturalismo presente no Brasil rural é um trunfo e fator de enriquecimento nesse processo dinâmico de construção de uma sociedade mais equitativa, pela diversidade de formas de pensar, nos aspectos organizativos e associativos diferenciados conforme experiências vividas anteriormente nos seus locais de origem. Nesse sentido, com suas raízes indígenas e abrigando a primeira colônia agrícola do Estado com imigrantes europeus e brasileiros, nas regiões conhecidas como Colônia Velha e Colônia Nova, e posteriormente recebendo imigrantes japoneses na Colônia Jamic originando a instalação da Cooperativa

Mista de Várzea Alegre e a criação, embora mais recente, de quase duas dezenas de assentamentos rurais que têm abrigado agricultores familiares provenientes de diversas regiões do estado e de outros estados e regiões brasileiras, Terenos pode ser um bom “laboratório” para desenvolvimento de práticas e tecnologias inovadoras e servir de exemplo de como a diversidade cultural pode contribuir de forma significativa com o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf*. [s./d.]. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFAQ>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. 5. ed. Campo Grande, MS: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002. 287p.

CORRÊA, Valmir Batista. *Fronteira Oeste*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1999. 216p.

DRUCKER, Peter. Civilizando a cidade. In: HESSELBEN, Frances *et al.* *A comunidade do futuro: idéias para uma nova comunidade*. São Paulo: Futura, 1998.

HACKBART, Rolf. *Reforma agrária e inclusão social*. INCRA, 2009. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=273>. Acesso em: 15 jun. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários*. Brasília, DF: IBGE – Comunicação Social, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1>. Acesso em: 15 jul. 2012.

MARIN, Jérri R; VASCONCELOS, Cláudio A. *História, região e identidades*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Crédito Fundiário*. [s./d.]. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

MIRANDA, Mariza Santos. *Estação Terenos: educação e presença alemã no sul de Mato Grosso – 1920/1934*. São Paulo: All Print, 2005. 151p.

MONTEIRO, Ana Victória Vieira Martins; JÚLIO, Jorge Eduardo. *A reforma agrária e o Banco da Terra*. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola (IEA), 23 jul. 2001. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=531>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATTNER, Henrique. Os descaminhos do desenvolvimento. *Revista Espaço Acadêmico*, ano 2, n. 21, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/021/21rattner.htm>>.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *Revista GEOgraphia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/2/2>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Associativismo civil e interculturalidade na sociedade global*. [s./d.]. Disponível em: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev10/movimentos_sociais_e_a_dimens.html>. Acesso em: 29 out. 2011.

SEMPRINI, Andréa. *Multiculturalismo*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

TABOSA, Francisco José Silva *et al.* *A importância do capital social e da solidariedade para o desenvolvimento local: um estudo de caso*. [s./d.] Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/10P466.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2011.